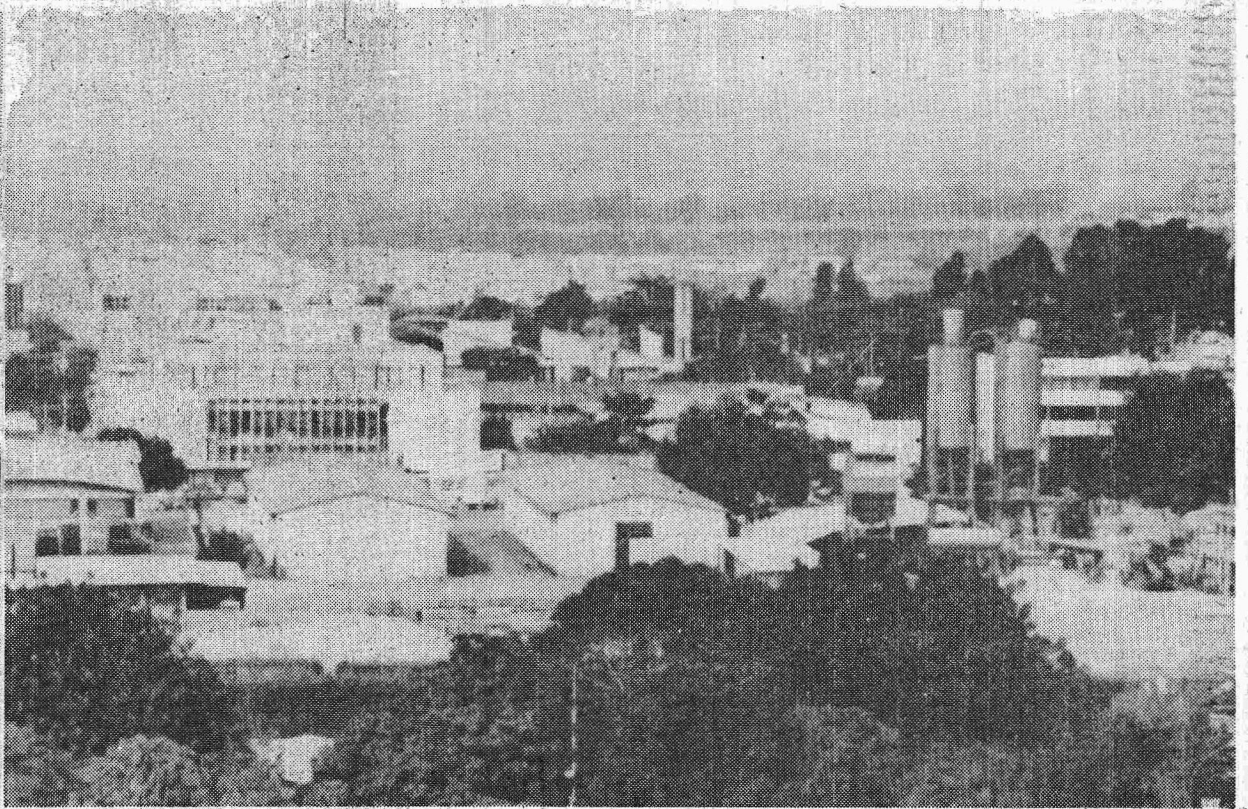
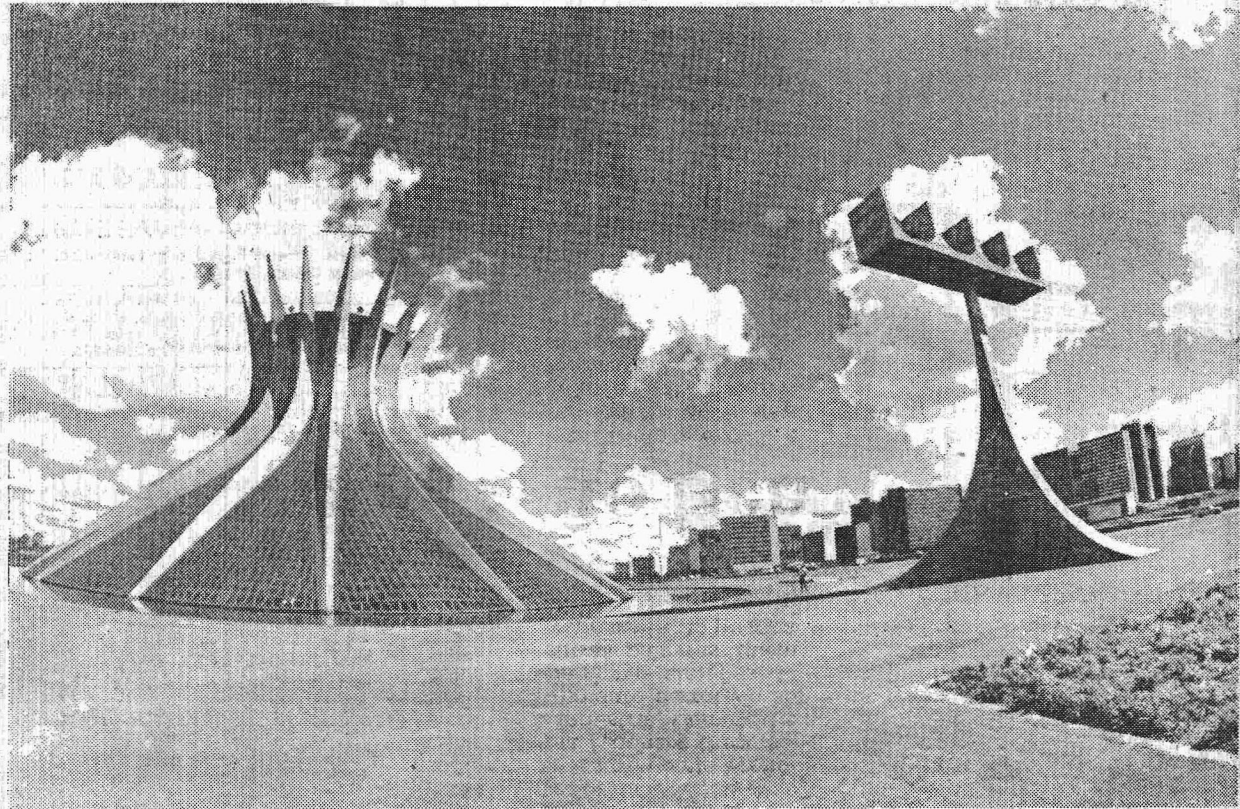




AE - 11/54 Roque Sá/AF

Acaba a cidade de sonhos projetada para ser perfeita: a industrialização começa a ser realidade e traz todos os problemas enfrentados pelos grandes centros

Brasília já não é apenas o paraíso

BRASÍLIA — A redoma de vidro quebrou. Criada há 28 anos para transformar-se no centro administrativo do País, distante das mazelas sociais e das pressões populares, Brasília será outra cidade quando o presidente José Sarney assinar o Programa de Desenvolvimento Industrial do Distrito Federal, o Proin-DF. Com ele, o Distrito Federal assume, no papel, o que já é na realidade: uma cidade brasileira como outra qualquer, com todos os problemas nacionais urbanos. Desempregados, favelas, aluguel, transportes caros etc.

"Brasília esgotou sua vocação administrativa", afirma o governador interino do Distrito Federal, Guy de Almeida. "A condição humana prevaleceu sobre as razões de Estado", endossa o senador

Pompeu de Souza, do PSDB. "O desenho não muda a realidade", alfineta José Roberto Bassul, presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção Distrito Federal. Os três resumem a constatação óbvia de uma cidade que foi criada para abrigar 600 mil pessoas no ano 2.000 e em 1988 já alcançou a marca de 1,8 milhão de habitantes — uma das maiores cidades do País.

COMBINAÇÃO EXPLOSIVA

E as projeções não são menos temerárias. A Organização das Nações Unidas prevê que a cidade virará o século com 4,5 milhões de pessoas, daqui a 12 anos. "É uma previsão aterradoradora", diz Cássio Gonçalves, presidente da Federação das Indústrias de Brasília

(Fibra), preocupado em gerar emprego para cerca de 45 mil jovens que anualmente tentam ingressar no mercado de trabalho local. "Temos cem mil desempregados", informa Marco Antônio Campanella, secretário de Trabalho, de olho no crescimento da população economicamente ativa do Distrito Federal, que é de 600 mil pessoas.

Todos esses números misturados compõem uma explosiva combinação que, a curto prazo, pode atingir proporções incontroláveis para as autoridades da cidade. Cerca de 80% dos 1,8 milhão de habitantes vive nas dez cidades-satélites que integram o Distrito Federal e gastam pelo menos um quarto do seu salário em passagens de ônibus. Sem contar a população que vive no chamado "En-

torno" — concentração populacional de 11 cidades goianas e uma mineira que usa e abusa dos serviços públicos da cidade. "O Entorno é o meu maior problema", queixa-se o secretário de Segurança, coronel João Brochado, referindo-se aos crimes cometidos na área e que sua polícia não pode agir porque está na jurisdição de outros estados — Minas Gerais e Goiás.

Para algumas pessoas, o problema do secretário Brochado ganha contornos mais graves. "Temo que a cidade se transforme numa nova Baixada Fluminense", diz o presidente da Fibra, Cássio Gonçalves. Na avaliação dele pesa o esgotamento de dois tradicionais setores que geraram emprego para a cidade: o setor público e a construção civil, de fato, os governos

federal e local não empregam mais e a construção civil, com a crise econômica do País, não oferece mais as vagas do passado. Afinal, a cidade parou de crescer, pelo menos na oferta de moradias — o déficit atual é de cem mil unidades residenciais.

A SOLUÇÃO

"O Programa de Desenvolvimento Industrial é essencial para a cidade", resume o governador interino, Guy de Almeida. "É a solução para gerar empregos e criar condições de vida", acrescenta o secretário de Finanças, Marco Aurélio Martins, atarefado em não engordar ainda mais a folha de pessoal dos 93 mil funcionários do governo do Distrito Federal que compromete 92,4% da receita. "O

setor público não oferece mais emprego", diz taxativo o secretário Martins.

"A industrialização é a solução para evitar novas badernações", indica o presidente da Fibra, que entende o movimento ocorrido em novembro de 1986, com quebra-quebra geral, como um sinal de que a atual situação está chegando a um impasse incontornável, se nada for feito. A industrialização é a melhor opção. A outra seria, como queria o ex-governador Almir Lameirão, aumentar o efetivo policial e colocá-lo todos os dias na rua para garantir o bom funcionamento do centro administrativo e político do País — só assim a redoma de vidro não se esmagaria totalmente.

Transporte e aluguel batem recorde

Sete anos depois de atingir a maioria, a Capital Federal perde a condição de "paraíso" e soma em seu currículo de vida um novo recorde nacional: tem hoje o transporte urbano e os aluguéis mais caros do País. Segundo o Sindicato dos Bancários, nos últimos 18 meses os aumentos de ônibus chegaram a 3.840%. De junho de 1987 a junho deste ano os aluguéis tiveram aumento médio de 500% pelos cálculos de Paulo Baeta, presidente do Sindicato das Empresas Imobiliárias do Distrito Federal.

Em Ceilândia, cidade-satélite mais populosa do DF (450 mil habitantes), o aluguel de um barraco de dois cômodos não vale menos do que 15 mil cruzados. No Plano Piloto, onde vive 1/3 da população de 1,8 milhão de habitantes, um apartamento de dois dormitórios, com garagem e telefone, pode custar até 80 mil cruzados. O mesmo apartamento valia 14 mil cruzados um ano atrás.

"A condução acaba com o salário da gente", diz Messias Souza, 42 anos, jardineiro, morador de Planaltina (cidade-satélite). Os ônibus urbanos têm tarifa única de 75 cruzados, a maior do Brasil em veículos para transportes coletivos comuns. A grande maioria da população, os habitantes das cidades-satélites, utiliza ônibus. Como essas cidades estão estrategicamente localizadas distantes do Plano Piloto, muitas pessoas utilizam dois (ou até três) ônibus para ir ao trabalho. E para ir e vir consomem quatro ou seis passagens diárias. Domésticas e trabalhadores diaristas, por exemplo, habitualmente cobram à parte, dos empregadores, o valor de suas passagens diárias.

Brasília tem hoje todos os problemas das cidades cujo planejamento administrativo não consegue acompanhar a expansão demográfica desordenada, provocada por intensa migração interna, que despeja mensalmente centenas de pessoas vindas de diversas regiões do País, sem nenhuma ha-

bilitação para viver na cidade grande. A maioria vem do campo, do sertão nordestino principalmente, atrás do sonho de uma vida melhor na cidade que tem o mito de ser o paraíso da classe média brasileira. Só a estatística alimenta esse sonho. Na capital federal, particularmente no Plano Piloto, vive o funcionalismo público melhor remunerado, que tem a renda per capita mais alta do Brasil. Em 1985, último registro oficial, essa renda era de Cr\$ 21.043.958,00 (quando o salário mínimo valia Cr\$ 600,00).

A alta renda no entanto não impede que a cidade, reino das piscinas particulares, conviva hoje com todos os problemas das metrópoles. Violência urbana, carência de moradia, desemprego, falta de saneamento básico, má qualidade nos serviços, incontrolável crescimento de favelas, aqui chamadas "invasões", são fantasmas de uma administração que vive quase exclusivamente de recursos federais.

Autonomia agora é o caminho

Até quando o País estará disposto a arcar com 70% das despesas para manter Brasília? Essa questão está na cabeça de quase todas as autoridades do governo do Distrito Federal e cresce à medida que a contenção de gastos públicos aumenta e a cidade ganha autonomia política — irá eleger seu governador pela primeira vez em novembro de 1990 — o orçamento deste ano será algo em torno de Cr\$ 110 bilhões", informa o secretário de Finanças, Marco Aurélio Martins.

"A autonomia política deve acompanhar a autonomia econômica", ensina Lindberg Cury, secretário de Indústria, Comércio e Turismo, candidato derrotado ao Senado Federal nas eleições de 1986. Em outras palavras, quem conquistou representação política

SUBEMPREGO
O déficit de moradia no Distrito Federal atualmente é de 189 mil unidades. Cerca de 110 mil pessoas vivem nas 46 invasões da cidade, sem nenhum saneamento básico. A invasão do Paranoá, por exemplo, a maior e mais antiga favela do DF, que tem quase 50 mil habitantes, é abastecida de água por dois chafarizes. Não há esgotos e só um telefone público atende a população.

Segundo dados da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central — Codeplan —, o número de subabrigados pode chegar a 800 mil se for considerada a população que vive em cortiços e cômodos de fundo de quintal.

Falta casa, sobem os aluguéis. Custos que democraticamente atingem a toda a população. Os aluguéis nos Lagos — Sul e Norte — e nos setores de mansões (as regiões mais nobres da cidade), além de muito caros, são também cotados (e pagos) em dólares. A cada domingo os classificados do

deve conseguir manter-se com recursos próprios, assim como as demais unidades da Federação.

Atualmente, o Distrito Federal só arrecada cerca de 15% do que gasta, obtendo o restante com recursos aplicados diretamente pela União (70%) e de sua participação na distribuição de impostos federais (ICM e outros). Para se ter uma idéia de como a União contribui com o Distrito Federal, todos os recursos para o pagamento da folha dos servidores da área de Saúde, Educação e Segurança vêm diretamente da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Conclusão: é comum a manifestação de professores, médicos e enfermeiros em frente ao prédio da Seplan em Brasília enquanto o governador negocia com o ministro.

Industrialização fica inevitável

O programa de Desenvolvimento Industrial do Distrito Federal (Proin-DF) está na mesa do presidente José Sarney, aguardando análise de sua assessoria jurídica. Do ponto de vista político, a idéia está aprovada pelo presidente da República, numa brutal mudança de postura do governo federal em relação ao assunto — os governos militares temiam a formação de um contingente operário nas proximidades do poder.

Cairá por terra, quando o projeto estiver aprovado, a tese defendida pelo construtor da cidade, Israel Pinheiro, de que a futura "capital da esperança" não deveria ter fábricas e universidades para que operários e estudantes não atrapalhassem a vida dos administradores do País.

Com apenas seis artigos, o Proin-DF estimula a industrialização com fábricas não poluentes que gerem novos empregos, concedendo incentivos para instalação

das empresas, inclusive com a adoção de um sistema de leasing para ocupação de lotes industriais. "Queremos mudar o rumo de Brasília sem perder a qualidade de vida", resume o secretário de Indústria, Comércio e Turismo, Lindberg Cury. "Vamos combinar os impostos", acrescenta o secretário de Finanças, Marco Aurélio Martins.

Quem pretende instalar-se em Brasília para usufruir de um mercado de 1,8 milhão de pessoas, com renda per capita superior à média do País, e razoável segurança (a maioria de funcionários públicos com estabilidade), ganhará os seguintes estímulos:

1 - Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) pelo prazo de cinco anos, a partir da alienação do terreno;

2 - Isenção do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos Relativos (IBTI) sobre a

alienação dos terrenos adquiridos;

3 - Financiamento do projeto de instalação, modernização ou ampliação.

4 - Empréstimo de até 70% do ICM (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias) gerado pela empresa e no prazo de cinco anos, com juros não-capitalizados de 7% ao ano, sem correção monetária.

5 - Garantia do lote depois da aprovação do projeto, seja através de compra ou cessão mediante contrato de leasing, comodato ou aluguel;

Os projetos industriais ficarão instalados em torno das dez cidades-satélites e um deles — o de maior área —, próximo à cidade de Samambaia, que está sendo construída para abrigar novos moradores e dispõe de muita água. "Vamos corrigir mais uma distorção do plano original", garante Cury, referindo-se ao fato de as cidades-satélites serem cidades-dormitórios.

Correio Braziliense exibem anúncios em dólares de casas, apartamentos e terrenos. Oficialmente só a cotação é feita em dólar, mas contratos informais, admitidos apenas em sigilo pelos administradores das imobiliárias, garantem pagamento na moeda norte-americana e ajudam o proprietário a sonegar Imposto de Renda.

Nos últimos dois meses a Receita Federal tentou, sem sucesso, alcançar esse tipo de sonegação visível nos anúncios, habitual na prática cotidiana da cidade, mas invisível na documentação.

A OTN, que mesmo contra a lei é a moeda oficial nos pagamentos de médicos, dentistas, condomínios e clubes, enfrenta séria concorrência no Distrito Federal com o dólar. O paraíso agora é pago em dólares, o que reduz consideravelmente o acesso às suas maravilhas. A luta pela manutenção do alto padrão de vida tem deixado para os comerciantes do Distrito Federal muitos altos calotes. Segundo informações do Clube dos Lojistas, no mês de junho foram passados 55 mil e 318 cheques sem fundos, representando rombo de três bilhões e 180 mil cruzados. Em agosto do ano passado o comércio local engoliu Cr\$ 7 bilhões em cheques sem fundos. Número recorde de calote na história da Capital Federal.

MAIS VIOLÊNCIA

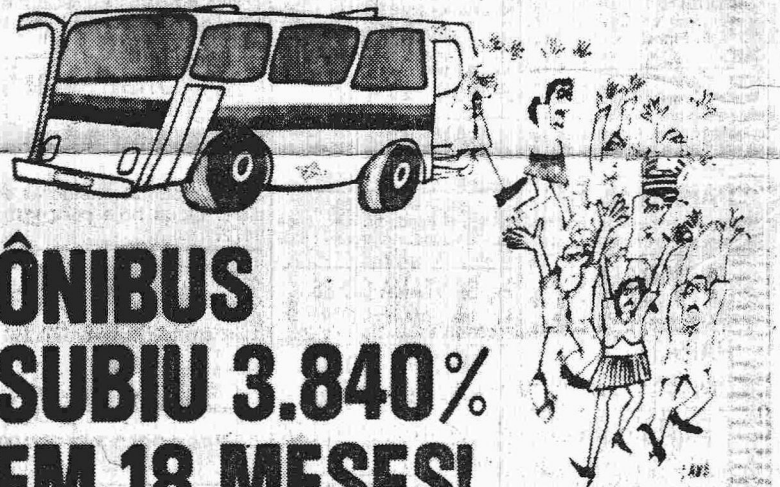
Nos anos 80 o morador de Brasília, como o de qualquer outra grande cidade brasileira, é obrigado a conviver com um número cada vez maior de violência nas ruas. Em junho, por exemplo, foram registrados 16 estupros só no Plano Piloto, segundo informações da Secretaria de Segurança. (A média até então era de um por dia). No mesmo período foram roubados 255 veículos e furtadas 1.658 casas. No último domingo Cyro Amaral Lopes Filho, 27 anos, secretário particular do senador (Olavo Pires (PTB-RO)), estuprou duas domésticas no gabinete do seu chefe, dentro do Congresso Nacional.



Roque Sá/AF

Cury: corrigindo o plano

STO É UM ASSALTO



ÔNIBUS SUBIU 3.840% EM 18 MESES! E O SEU SALÁRIO?

PELA ESTATIZAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO

Transporte coletivo: o mais caro do País

Negócios aumentam em ritmo acelerado

No início era uma serralharia. Hoje é uma indústria de estruturas metálicas. O empreendimento deu certo e os irmãos Gravia estão enviando seus produtos para outros estados — já montaram filiais em Goiás e Minas Gerais. Assim como esses irmãos portugueses, outros empresários de Brasília começaram com pequenos empreendimentos e estão conquistando os grandes mercados, mudando a história de que a capital do País sempre importou mercadorias e serviços.

José e Carlos Gravia vieram para Brasília logo após a sua inauguração, em 1960. Com pouco dinheiro no bolso e muita disposição de vencer na vida, segundo contou o relações públicas Barbosa Gonçalves (os Gravia não gostam de falar à imprensa), eles levaram 12 anos para transformar a serralharia na Irmãos Gravia Comércio e Indústria Ltda. Hoje vendem todo tipo de estrutura metálica para construções e são os únicos a produzir formas para fabricar argamassa armada. No currículo, ainda, há a prefeitura de Salvador, próxima ao elevador Lacerda, toda em estrutura metálica, que a empresa levou 30 dias para produzir e 12 para montar.

O gabinete do ex-presidente João Batista Figueiredo foi todo equipado pela Mainline. Indústria e Comércio Ltda., contou orgulhosamente o filho mais velho de um dos sócios, que hoje administra a empresa da família. Aos 26 anos, o paulista diz que seus móveis decoram alguns dos mais importantes recantos do poder,

em Brasília: Congresso Nacional, Itamaraty e ministérios.

O pai Arturo e o tio Bazu montaram a Mainline numa loja na avenida W-3 Sul que não chegava a ocupar cem metros quadrados. Hoje, a indústria e as lojas se espalham por 15 mil metros quadrados. No princípio eram representantes de uma firma de São Paulo. Mas logo passaram a produzir os próprios móveis, negócio rentável na capital que se estava estruturando. Os órgãos públicos enriqueceram a família Landwehr, que vende também seus móveis residenciais e de escritório no Nordeste, Rio e em São Paulo e querem exportar para os EUA.

A Collection Móveis, que também começou com representação de firmas paulistas e passou a fabricar seus próprios produtos somente em 86, já entrou no competitivo mercado paulista, além de Goiás. Só com a fábrica em Brasília, o empresário Josezito Nascimento quer ainda vender seus móveis de escritório para o Rio, Belo Horizonte e estados do Nordeste.

O Só Frango também surgiu de uma pequena loja. O engenheiro Aroldo Amorim, vindo que Brasília precisava ser auto-suficiente em alimentação, montou uma granja com cinco mil frangos e um pequeno ponto-de-venda. Hoje, a granja possui 3,5 milhões de frangos e 70 mil deles são abatidos diariamente para atender Brasília, Goiás e Salvador. A meta é vender para todo o Nordeste.

Reportagem de Paulo Fona, Sandra Soto e Tânia Fusco